

Mulheres cobram execução de políticas em novo governo

□ Assembleia debateu plano destinado a esse público para os próximos dez anos

Participantes da audiência pública sobre o Plano Decenal de Políticas para as Mulheres 2019/2029 no Estado celebraram a construção coletiva do documento e cobraram a continuidade do processo e a efetiva implementação das medidas, pelos futuros governos. A reunião, realizada na última quinta-feira (6) pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa (ALMG), reuniu agentes públicos e representantes da sociedade civil.

O documento estabelece metas e prioridades que deverão ser desenvolvidas até 2029 e sua elaboração envolveu as secretarias estaduais, autarquias e empresas públicas; o Conselho Estadual da Mulher, a Assembleia Legislativa, municípios e entidades civis como movimentos de mulheres negras, LGBTs, rurais e urbanas, feministas e não feministas.

EIXOS - O Plano Decenal de Políticas para o público feminino está organizado nos seguintes eixos: autonomia econômica das mulheres, enfrentamento à violência contra elas, ampliação da sua participação política, construção de relações igualitárias de gênero, saúde integral e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. A presidenta da comissão, deputada Marília Campos (PT), ressaltou o caráter popular

do processo e o papel do plano na promoção da igualdade de gênero em Minas. “Mas esse cenário só será possível se houver efetividade na execução das medidas”, afirmou. Ela e a deputada Geisa Teixeira (PT) receberam das mãos da subsecretária de Políticas para as Mulheres, Larissa Amorim Borges, o documento consolida-

do, que ainda será disponibilizado para o público na internet.

A gestora também enfatizou a construção democrática do plano. Larissa Borges explicou que foram realizados diversos encontros com 367 participantes e a apresentação e análise de 668 propostas, que pautaram,

por sua vez, as 38 demandas sistematizadas nas políticas. Ela enfatiza que foram contempladas, por exemplo, as perspectivas de raça, gênero e orientação sexual. “Alcançamos mulheres indígenas, ribeirinhas, dentre muitas outras”, destacou a subsecretária de Políticas para as Mulheres.

SARAH TORRES



Documento aborda eixos como autonomia econômica, enfrentamento à violência e aumento da participação feminina

Subsecretária afirma que as propostas estão articuladas com as peças orçamentárias

Larissa Amorim Borges afirma que a importância de se dar continuidade ao planejamento e à execução das políticas reside justamente “no fato de que se trata de um plano das mulheres mineiras e não de um governo”. De acordo com a subsecretária de Políticas para as Mulheres as propostas contidas no Plano Decenal estão articuladas com as peças orçamentárias do Estado, como o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Já a pesquisadora da Fundação João Pinheiro, Ana Paula Salej Gomes, explicou que o grande desafio para a instituição foi sistematizar centenas de propostas e

conformá-las às metodologias necessárias. Mas ela valorizou também a interlocução entre os atores governamentais e a sociedade civil, que “produziram propostas viáveis”. Ana Paula esclareceu ainda que, para cada uma das demandas organizadas, foram relacionados diagnósticos, justificativas, metas e ações.

Cleide Hilda de Lima Souza, subsecretária da Igualdade Racial, lembrou que as políticas destinadas às mulheres só trarão efeitos para a população se forem executadas de forma pactuada entre as diversas secretarias de Estado. Para ela, levar em consideração o recorte racial, na implementação das ações, é o que vai per-

mitir às mulheres negras alcançarem sua emancipação.

COMPROMISSO - Ela explica que “pretas e pobres” são vítimas mais recorrentes do feminicídio e que 51% das mulheres que morrem no parto são jovens negras. “Por isso, pergunto-me se a vida da mulher negra que está lá em Caetano Furquim (Região Leste de Belo Horizonte) será transformada pelo plano. “O que a gente precisa é de um compromisso do Estado para implementar a política”, resalta a representante do Movimento do Coletivo Olga Benário e coordenadora da Casa Tina Martins, Indira Xavier. “As 400 mulheres assassinadas

por ano, em Minas, se devem também à ausência do poder público, que não consegue ainda viabilizar o acolhimento devido às mulheres, vítimas de violência. A sociedade civil é conhecida como quem reclama, mas também sabemos propor soluções”, disse.

A servidora da Assembleia Legislativa Grazielle Mendes, representando o Coletivo de Mulheres ALMG, foi convidada pela deputada Marília Campos para ocupar a mesa. Ela falou sobre o abaixo-assinado entregue à direção da Casa, em abril deste ano, solicitando, dentre outras demandas, a flexibilização da jornada para as servidoras que são lactantes.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

PODERES DO ESTADO
Executivo
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL
Legislativo
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES
Judiciário
NELSON MISSIAS DE MORAIS

Secretário de Estado de Casa Civil
e de Relações Institucionais
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA

Subsecretário de Imprensa Oficial
RAFAEL FREITAS CORRÊA